

A Gestão Hospitalar nas mãos dos políticos

Publicado em 2025-09-17 21:38:46

GESTÃO HOSPITALAR EM PORTUGAL ENTRE A TÉCNICA E A PARTIDARIZAÇÃO

Uma viagem pela
história recente

Box de Factos

- Hospitais E.P.E. criados em 2005 abriram a porta a nomeações governamentais diretas.
- A CReSAP (2011) emitiu pareceres obrigatórios mas não vinculativos, deixando margem à política.
- Em 2011, jornais falavam já em “dança de cadeiras” com a chegada do Governo PSD/CDS.
- Em 2025, polémica reacende-se com nomeações de gestores sem experiência hospitalar.

Gestão Hospitalar em Portugal: entre a técnica e a partidarização

Uma viagem pela história recente

A gestão hospitalar em Portugal é um dos campos onde a política e a técnica se cruzam — muitas vezes em choque frontal. A história dos últimos vinte anos mostra-nos como a promessa de profissionalização esbarrou repetidamente na prática de nomeações partidárias, deixando marcas visíveis na governação do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O nascimento das E.P.E. e a porta aberta à política

Em 2005, com a criação dos hospitais E.P.E. (Entidades Públicas Empresariais), inaugurou-se um novo modelo de governação. A ideia era clara: dar autonomia de gestão, responsabilizar equipas e aproximar práticas de administração empresarial à saúde pública.

Mas o diabo estava nos detalhes: os *Conselhos de Administração* eram nomeados por despachos governamentais ou resoluções do Conselho de Ministros. A lei previa requisitos de experiência e qualificações, mas não impunha concursos abertos nem pareceres vinculativos. Assim, a porta da partidarização ficava escancarada.

2011: dança de cadeiras e a CReSAP que não resolveu tudo

Com a chegada do Governo PSD/CDS em 2011, assistiu-se ao que o *Diário de Notícias* chamou de uma verdadeira “**dança**

de cadeiras”: administrações hospitalares ligadas ao ciclo anterior foram substituídas por equipas alinhadas com a nova maioria.

Nesse mesmo ano nasceu a CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública). Tratava-se de um passo para reforçar a transparência, obrigando a emitir pareceres sobre nomeações. Contudo, havia duas fragilidades decisivas:

1. O parecer era apenas obrigatório, mas não vinculativo.
2. Nem todos os cargos hospitalares estavam sob a alçada da comissão.

O resultado: alguma filtragem, mas pouca capacidade de travar escolhas de cariz político.

Tribunais e associações a soar o alarme

O Tribunal de Contas, em sucessivos relatórios, alertou para a necessidade de profissionalizar a governação hospitalar e impor práticas de bom governo nas E.P.E. A própria Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares ecoou críticas ao fenómeno recorrente de nomeações políticas, lembrando que gerir hospitais exige competências técnicas, não apenas confiança partidária.

2011–2015: governos PSD/CDS

Entre 2011 e 2015, as nomeações sucederam-se em bloco: Centro Hospitalar do Porto, Leiria-Pombal, Barreiro-Montijo, Cova da Beira, Algarve, Lisboa Norte — sempre por despacho conjunto ou resolução ministerial.

Em muitos casos, as sinopses curriculares anexadas ao Diário da República mostravam percursos respeitáveis, mas nem sempre ligados à gestão hospitalar. Havia administradores vindos da academia, de outros setores públicos, da política local ou até da medicina sem experiência prévia de administração.

Este quadro não foi exclusivo do PSD/CDS, mas o período confirmou o padrão: **a alternância partidária traduziu-se numa alternância de gestores.**

A década seguinte: managerialismo e persistência

Estudos académicos publicados entre 2013 e 2019 falam de “managerialismo” no SNS: importação de modelos empresariais, mas sempre filtrados pela lógica da máquina partidária. A CReSAP serviu como mecanismo de avaliação, mas sem força real para travar nomeações políticas.

Na prática, cada mudança de governo significava novas administrações, novos programas de gestão, novas prioridades — muitas vezes interrompendo processos de reforma antes de amadurecerem.

2024–2025: os casos mais evidentes

Com o atual Governo PSD, a discussão reacendeu-se com intensidade. As nomeações de presidentes de ULS (Unidades Locais de Saúde) tornaram-se caso mediático:

- **Um geógrafo** em Castelo Branco,
- **Um médico de família** sem experiência em gestão hospitalar em Leiria,
- **Um economista académico** na Cova da Beira.

Todos com currículos válidos em termos académicos ou profissionais, mas sem historial em gestão hospitalar. As críticas choeram da Associação de Administradores Hospitalares, da FNAM e de partidos da oposição. A ministra da Saúde negou que houvesse “mão do PSD”, mas a imprensa contabilizou vários militantes sociais-democratas entre os nomeados.

Conclusão: um problema estrutural

A politização das administrações hospitalares não nasceu em 2025. É um problema estrutural, presente desde a criação dos hospitais E.P.E., reforçado pela fragilidade da CReSAP e pela tradição de ver os hospitais como territórios de influência política.

O PSD surge hoje no centro da polémica porque governa — mas a verdade é que este vício atravessa maiorias e épocas. O preço é pago em instabilidade, descontinuidade de políticas e desconfiança de profissionais e cidadãos.

Portugal continua a oscilar entre a promessa de gestão técnica e a realidade de nomeações partidárias. E enquanto não se fechar a porta à interferência política, o SNS permanecerá vulnerável — não apenas nas urgências e nas listas de espera, mas na própria governação que deveria ser sólida, competente e livre de clientelismo.

Escrito por **Francisco Gonçalves** em coautoria com **Augustus Veritas (Lumen)**

Fragmentos do Caos — 2025



👁 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)